



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: AURÉLIO NOMURA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23/08/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Bom dia a todos os presentes, senhores e senhoras, Srs. Secretários, quero agradecer a presença de todos.

Declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2018.

Informo que a íntegra da transcrição dessa audiência pública estará disponível ao público no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* audiências públicas, registro escrito.

Esta audiência tem por objetivo discutir o Projeto de Lei nº 246/2018, de autoria do Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito para financiar a execução de projetos de investimento nas áreas de mobilidade e segurança urbana”. Informo que as inscrições para pronunciamentos estão abertas junto à secretaria da comissão.

Foram convidados a participar dessa audiência os Srs.: Henrique de Castilho Pinto, Subsecretário do Tesouro; Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, hoje representando o Sr. Caio Megale; Enzo Lucio Ondei, Diretor do Departamento de Dívidas Públicas; Henry Yoshinobu Yokoyama, Diretor Divisor de Capacitação de Recursos; João Octaviano Machado Neto, Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes, que indicou como representante o Sr. Ennio Passafini Junior, Gerente de Projetos e Implantação da SPTrans; José Carlos Nunes Martinelli, assessor técnico da SPTrans; Eduardo Macabelli, Assessor técnico da Secretaria das Prefeituras Regionais; José Roberto Rodrigues de Oliveira, Secretário Municipal de Segurança Urbana.

Convido para compor a Mesa os Srs.: Luis Felipe Vidal Arellano, José Carlos Nunes Martinelli e José Roberto Rodrigues de Oliveira.

Passo a palavra ao Sr. Luis Felipe Vidal Arellano, que fará uma apresentação de dez minutos para entendermos melhor o assunto e depois passaremos às perguntas.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Bom dia, Vereadora. Muito obrigado pela oportunidade, é sempre uma honra contribuir com os trabalhos desta Casa. Preparamos uma breve apresentação a respeito do projeto e dos seus impactos sobre as estatísticas fiscais

do Município, algo que é muito relevante para a nossa Secretaria da Fazenda. Posteriormente, os nossos colegas da Secretaria dos Transportes e da Secretaria da Segurança Urbana poderão entrar com maiores detalhes, caso necessário, a respeito de cada um dos projetos.

Vou ficar em pé, se possível, para que seja mais fácil acompanhar a apresentação e também se for possível apagar a luz. Ótimo, obrigado.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – O projeto de lei que discutiremos hoje traz a possibilidade de o Executivo contratar duas novas operações de crédito para as áreas de mobilidade urbana e segurança urbana. Uma dessas operações será uma operação de crédito interno e a outra operação, de crédito externo. Essa apresentação vai mostrar um pouquinho o impacto dessas operações sobre o endividamento do Município e sobre algumas variáveis fiscais nos próximos anos. É uma apresentação bastante objetiva.

Nesse primeiro *slide* o que temos é uma apresentação das operações que já foram aprovadas nesta Casa: algumas já contratadas, outras ainda por contratar; e, embaixo, as operações que estamos discutindo nesse projeto. Então, na linha azul temos o total das operações já aprovadas, que de crédito interno totalizam um bilhão de reais mais ou menos; e em crédito externo, cem milhões de dólares. As operações que estamos discutindo aqui são: uma operação de crédito interno para a segurança urbana no valor de 210 milhões de reais e uma operação de crédito externo na área de mobilidade urbana no valor total de cem milhões de dólares. Ao final de todo esse processo, isso implica num total de operações de crédito interno de um bilhão e 200 milhões de reais e de crédito externo de 200 milhões de dólares.

Pode passar, por favor. Então, esse *slide* fala um pouco da agenda que trataremos agora nessa apresentação.

Pode passar. Esse *slide* traz um pouquinho do cenário após essas contratações para três limites diferentes que são acompanhados, do ponto de vista da responsabilidade fiscal. Esses limites estão previstos numa resolução do Senado Federal, uma resolução

extremamente relevante para os trabalhos da Secretaria da Fazenda, que permitem que acompanhem a situação fiscal do Município, no que se refere à concentração de operações de crédito. Então, esses três limites são os seguintes: o primeiro deles é o percentual de endividamento do Município após essas contratações em comparação à sua receita corrente líquida. Essa resolução do Senado Federal, junto com a Lei de Responsabilidade Fiscal fixa um limite de 120% da receita corrente líquida como compromisso com operações de crédito, com dívidas já contratadas. Atualmente o nosso comprometimento é de 71% e feitas todas essas contratações, aquele um bilhão e duzentos milhões de reais, se forem contratados, vão resultar ao longo dos próximos anos naqueles cenários que estão previstos aqui nos próximos *slides*. Então, se formos olhar só ali, em 2018, os 71,19% representam a situação atual, que são as operações que já estão contratadas. Se formos olhar a célula seguinte, o 2018, 2.73,56% a contratação das operações que já foram aprovadas por esta Casa. E se a gente for somar as operações que estão em discussão neste projeto, nós chegaríamos em 2018 com um comprometimento de 74,66% da nossa receita corrente líquida, com o estoque de endividamento. Então, vocês percebem que o impacto dessas operações é um impacto pequeno em relação à nossa receita corrente líquida, lembrando que nosso comprometimento máximo, pela Resolução do Senado Federal, é 120%. Então, ainda temos um espaço, nesse quesito, bastante grande.

O limite número dois, a que a gente tem de estar atento, é o limite de 16% de novas operações. Então, a cada ano os desembolsos máximos que os bancos ou instituições emprestadoras podem fazer ao Município devem ser equivalentes a 16% da nossa receita corrente líquida. Esse indicador é também bastante favorável nessas novas contratações. Caso elas sejam aprovadas, isso vai resultar num impacto máximo – num cenário mais alto – de 1,65% da nossa receita corrente líquida; o que, de novo, em face de um limite de 16%, é algo que nós, da Secretaria da Fazenda, consideramos bastante saudável e manejável.

O limite número três corresponde a um limite máximo de comprometimento da

minha receita corrente líquida com os pagamentos que eu preciso fazer das dívidas já contratadas ano a ano. Também aqui no cenário de aprovação das operações que nós estamos propondo neste projeto de lei, chegaremos, considerando um prazo de 15 anos para pagamento dessas operações, a um comprometimento de cerca de 8 da nossa recente corrente líquida, quando o limite é de 11,5%. Então, de novo, a gente acha que isso dá um espaço para administrar as finanças públicas com certa tranquilidade; por isso, propomos a aprovação do projeto. Próxima imagem.

Esse é um gráfico que demonstra qual é a projeção da dívida contratual do Município com essas novas contratações. Como vocês podem observar por esse gráfico, mesmo com as novas contratações, o saldo da dívida contratual do Município permanecerá em queda. E por quê? Porque a gente está fazendo amortizações das dívidas já contratadas no passado em uma velocidade superior às novas contratações. Então, mesmo contratando 1 bilhão de reais das operações que já foram aprovadas mais as operações que estão agora em discussão, ainda assim aquilo que a gente amortiza todo ano é mais do que isso. Então, o saldo da dívida do Município tende a cair, apesar das novas contratações. Próxima imagem.

Esse quadro traz a mesma informação, só que como um percentual da nossa recente corrente líquida, trazendo um cenário que diríamos como realista conservador, de crescimento da recente corrente líquida, crescimento real de cerca de 1,8%. Então, como a receita tende a crescer e como o saldo absoluto da dívida tende a cair, o comprometimento da nossa receita com a dívida tende a cair numa velocidade ainda maior. Próxima imagem.

Esse outro quadra mostra uma informação parecida, mas um pouco distinta. Ao invés de falarmos na evolução do saldo da dívida, estamos falando dos pagamentos da dívida; não do estoque, mas do fluxo da dívida. O fluxo é um pouco diferente: ele vai caindo também, mas não cai numa velocidade tão grande por conta da forma de amortização da principal dívida que o Município tem. A nossa principal dívida é uma dívida com a União, decorrente de refinanciamentos feitos na década de 2000 e, mais recentemente, um novo refinanciamento; e

a forma de cálculo da amortização dessa dívida é a famosa tabela Price, o que significa que as amortizações são crescentes, mas a parcela é quase fixa. Então, embora o saldo da dívida vá caindo ao longo do ano, o montante que pagamos de dívida permanece praticamente constante. Isso é o que a gente consegue ver nesse quadro, que mostra que durante todo o período dos próximos 10 anos, mesmo com as novas contratações e as amortizações que vão sendo feitas, o pagamento da dívida vai permanecer próximo de 3 bilhões de reais ao ano.

Agora, se nós decomposermos esses serviços da dívida na sua parcela de amortizações e na sua parcela de juros, aí vamos ver que a tendência é que as amortizações aumentem e os juros diminuam. Isso está ligado justamente à dinâmica de pagamento pela Tabela Price: a parcela permanece constante, mas, como o saldo da dívida vai caindo, o percentual da parcela que se destina a pagamento de juros vai ficando cada vez menor, e a parcela para pagamento das amortizações vai ficando maior. Próxima imagem.

Se formos olhar o comprometimento da recente corrente líquida com o pagamento das parcelas da dívida, o que vamos observar é que, embora o valor absoluto das parcelas da dívida vá permanecer praticamente constante, próximo de 3 bilhões de reais – como mostrei nos *slides* anteriores –, em proporção da recente corrente líquida, a tendência é que haja uma queda, justamente porque esperamos um crescimento real da receita, o que é compatível com o histórico do Município. Isso significa que, mesmo com as novas contratações, o comprometimento da nossa receita com o pagamento das dívidas já contratadas, incluindo as operações que estamos propondo aqui, tende a cair. É uma situação que a Fazenda considera ainda bastante confortável e que, portanto, nos autorizaria a realizar essa contratação para poder destinar esses recursos para setores bastante importantes na nossa Cidade, que são segurança e transporte.

Era isso o que eu tinha a dizer a vocês. Fico à disposição agora para responder perguntas. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Quem quiser fazer perguntas, dirija-se à

secretaria para se inscrever.

Eu tive oportunidade de ser relatora do PL 246/2018, que autoriza o Poder Executivo a contratar essa operação de crédito para financiar a execução de projetos de investimentos nas áreas de mobilidade e segurança urbana, prevendo a contratação de 100 milhões de dólares para o Programa de Mobilidade Urbana e de 210 milhões de reais para o Programa de Segurança Urbana. A fim de aprimorar meu relatório, fui atendida com prontidão pelo Dr. Luís Felipe, Secretário Adjunto da Fazenda que me esclareceu muito acerca das políticas públicas envolvidas no projeto.

Sendo assim gostaria de indagar alguns pontos para maior esclarecimento dos membros desta Comissão e desta Casa Legislativa, uma vez que o nosso Regimento Interno traz a previsão de duas audiências públicas sobre esse tema.

Sr. Secretário, o senhor poderia nos detalhar em quais projetos de mobilidade urbana e de segurança urbana a Prefeitura irá investir o valor das contratações mencionadas acima.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – A respeito dessa pergunta vou só fazer uma brevíssima introdução e acho que seria mais interessante se eu passasse para as secretarias finalísticas poderem apresentar com maiores detalhes.

Os macrossetores são o setor de transportes, como já havia falado; o setor de segurança urbana e dentro desses setores vamos ter projetos de corredores de ônibus e projetos basicamente de um centro de operações integrado, aquisição de equipamentos, modernização dos trabalhos da Guarda.

Acho que o ideal é passar agora para os secretários e para o Assessor Martinelli da Secretaria de Transportes para que possam entrar em maiores detalhes a respeito dos projetos.

O SR. JOSÉ CARLOS NUNES MARTINELLI - Muito obrigado, Luis. Bom dia a todos, Vereadora Sandra Tadeu, Coronel José Roberto, todos os presentes, o principal projeto

envolvido nessa captação de recursos no exterior na área de mobilidade e transportes é o projeto do corredor Aricanduva. Esse corredor tem uma característica extremamente importante para a zona Leste, área bastante carente de transportes públicos porque faz a integração entre diversos centros e elementos importantes estruturais do sistema de transporte urbano na cidade de São Paulo.

O corredor Aricanduva vai conectar o corredor da Radial Leste e consequentemente a linha três do Metrô e as linhas 11 e 12 da CPTM com um centro importante que está sendo criado na região de São Mateus para onde convergem o monotrilho, o futuro corredor da Jacu Pêssego, que a EMTU está desenvolvendo e de onde parte o corredor ABD que passa pelo ABC, Diadema e chega até a Berrini. Será provavelmente um dos mais importantes centros de integração de modais de transporte na cidade de São Paulo.

E o corredor que vai fazer esta integração, inclusive, fazendo uma integração com o corredor Itaquera/Líder, que está em construção, é o corredor Aricanduva. Por essa razão foi eleito como prioridade para essa captação de recursos que vai permitir um grande desenvolvimento e integração no sistema de transportes da região Leste da cidade de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Também gostaria de indagar se há possibilidade no futuro de mudar, ao invés para o Aricanduva, de repente ir para outro lugar. Tem essa possibilidade?

O SR. JOSÉ CARLOS NUNES MARTINELLI - Todas as tratativas que estão sendo feitas com o organismo que proveria os recursos do financiamento estão em cima deste projeto. Além do corredor este projeto muda as características do corredor porque tem todas as características de um corredor de alto rendimento chamado DRTS.

E, além disso, os dados de controle desse DRTS seriam levados até o centro de operações da SPTrans, que fica no Pari. É um projeto bastante integrado, está muito bem formulado, tem um trabalho importante da área de infraestrutura da SPTrans, que o Engenheiro

Henry está aqui presente, e da Secretaria de Obras.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Inclusive, esse projeto também chega a São Mateus, Iguatemi e São Rafael.

O SR. JOSÉ CARLOS NUNES MARTINELLI - A senhora me desculpe, não sou tão bom assim de geografia.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – São informações que me deram e é uma região que atuo. Achei superbom, por isso gostaria de saber se tem essa possibilidade de mudar. Gostaria que isso permanecesse.

Acho uma falha dentro do projeto porque as coisas aqui às vezes saem muito sucintas desta Casa. E sempre brigo porque os projetos têm de vir para esta Casa com as coisas mais explicadas, mais direcionadas, para que a gente não tenha problemas lá na frente.

Vou citar um exemplo, nas questões das privatizações, a maioria dos Vereadores nem sabiam que uma área do Parque Ibirapuera – o estacionamento – era do Estado. Então são erros que não podem acontecer, tem de vir para esta Casa com preparo, para que possamos discutir e as coisas aconteçam.

Eu pelo menos quando pego um projeto para relatar quero que vá para frente, que aconteça, porque passar pela Câmara e depois ir parar lá no Tribunal de Justiça, no Ministério Público, não sai nunca. Na gestão passada os corredores de ônibus ficaram quatro anos parados no Tribunal de Contas, porque simplesmente o Secretário mandava uma folha, uma página e não explicava quantas desapropriações teriam, o impacto, nada disso.

Então eu discuti com o Felipe que dizia: muitas vezes não sabemos no nível do banco. Por isso volto a afirmar, o que você diz que já está tudo acertado com o banco não tem como voltar atrás o valor que já foi acertado ou tem essa possibilidade?

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Obrigado pela pergunta, Vereadora, isso dá a oportunidade de esclarecer um ponto muito importante. A senhora tem toda a razão na necessidade de ser o mais transparente possível a respeito da forma de utilização do

recurso e a destinação dele.

Por que neste projeto em particular optamos por colocar o macro setor, mobilidade urbana e não identificar especificamente o quanto seria destinado para o trecho “X” ou “Y” do corredor “A”, “B” ou “C”, pelo seguinte: a autorização para uma contratação de crédito acaba condicionando todo o processo que se segue.

E como todos sabem esse é um processo bastante longo e burocrático, feliz ou infelizmente. É um processo que depende em primeiro lugar desta aprovação que é o ápice, o momento mais importante da discussão. Em seguida, um diálogo com as diversas instituições financeiras que poderiam vir a financiar este projeto. Hoje conversamos com uma agência multilateral, o Banco Mundial, todos conhecem, empresta a prazos bastante favoráveis, condições financeiras muito diferenciadas, mas pode vir a ser outra instituição caso ofereça uma condição melhor.

Depois de obter as aprovações do banco ainda precisamos fazer um pleito desta operação para a Secretaria do Tesouro Nacional e depois aplicar este recurso. Como não é pouco provável que conforme você execute o projeto surjam necessidades de modificações marginais, normalmente pequenas do tipo: o projeto previa passar pelo seguinte trecho, só que se descobriu por alguma razão geológica, por exemplo, não sou engenheiro, mas só dando um exemplo, que precisa fazer um desvio. Se detalhássemos tudo isso no projeto de lei todo o esforço feito anteriormente estaria perdido porque esse é o momento mais importante.

Então o que buscamos fazer? O projeto de lei direciona para um determinado setor, aqui estamos fazendo esse diálogo a respeito de qual é a intenção do Poder Executivo. A intenção é que seja destinado a este projeto da maneira que está sendo apresentada. E este detalhamento posterior que a Vereadora solicita e é extremamente importante, vai estar contido em cada uma das peças orçamentárias que forem autorizar a aplicação do recurso.

Então este é um projeto para a autorização da contratação da operação de crédito, mas a aplicação do dinheiro em si ainda dependerá da aprovação da lei orçamentária em que

vamos detalhar efetivamente a utilização para o projeto do corredor Aricanduva e cada um dos seus trechos e desdobramentos.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Se já existe a autorização da União para firmar essa contratação, se há prazo para concretizar a contratação e se há alguma instituição financeira visada para tanto. Caso a Prefeitura fundada na discricionariedade opte por mudar a opção política por esse projeto, esse valor será redirecionado a quais programas?

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Com relação à primeira pergunta, a aprovação da União que na verdade não é uma aprovação, a União simplesmente verifica se esta operação de crédito está dentro dos limites previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O que quero dizer é que a União não tem uma discricionariedade, se eu estiver dentro dos meus limites ela precisa homologar a sequência do feito, é um dos últimos estágios desse processo.

Então depois dessa aprovação pela Câmara vamos selecionar a instituição financeira, que ainda não está selecionada, muito embora estejamos em conversas com o Banco Mundial porque acreditamos que provavelmente terá uma das melhores condições, mas antes da contratação vamos fazer um chamamento para verificar se efetivamente tem as melhores condições. E depois de selecionar a instituição, só aí fazemos um pleito para a União Federal, para que confirme que estamos abaixo dos nossos limites e permita que façamos a assinatura da operação. Aí depende também da aprovação do Senado Federal, mas tudo isso é uma etapa final deste processo.

Por fim, com relação à segunda pergunta, acho muito pouco provável que o Poder Executivo opte por mudar o projeto, mas em todo caso, o Poder Executivo não poderá em nenhum momento fazer isso sozinho. Por quê? Porque a aplicação do recurso, volto a dizer, é fixada pela Lei Orçamentária. Então, se em algum momento o Poder Executivo decidir utilizar esse recurso para uma outra finalidade, isso terá de ser proposto por meio da Lei Orçamentária e esta Casa terá a possibilidade de fazer esse controle.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – No tocante ao projeto que envolve a mobilidade urbana, há previsões de desapropriações e como essas seriam indenizadas?

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Sim, há a previsão e as indenizações não são itens financiáveis. Normalmente, eu não posso pegar a operação de crédito para pagar pela desapropriação. Então, essas desapropriações seriam pagas com recursos do Tesouro.

P – Você tem o número já de impacto, o número dessas desapropriações, os valores?

R – Vereadora, a delimitação exata da área que o projeto vai alcançar depende do detalhamento do projeto. Então, à medida que desenvolvemos a parte preliminar do projeto, que é chamada a área funcional, o desenvolvimento funcional, a partir daí é feito um projeto básico e aí já tem uma boa delimitação da área que precisaremos desapropriar para efeitos da obra. É por isso que esse detalhamento preciso a gente vai ainda chegar até ele.

P – Eu tive alguns dados da minha assessoria que seriam quase em torno de uns 40 ou 50 imóveis, um total de quase 37 milhões de reais, então, talvez poderá ser mais ou talvez poderá ser menos?

R – Só fazendo um esclarecimento, aproveitando a fala do Dr. Martinelli, de fato, já temos um anteprojeto que indica a necessidade dessas desapropriações, mas como o Martinelli, isso ainda vai passar por um refinamento e poderá, inclusive, ser reduzido esse orçamento.

P – Eu também gostaria de indagar aos representantes da Secretaria de Transportes sobre a importância desse PL para a região da zona Leste, mas acho que você já até se pronunciou e se já existe uma demanda populacional para a implantação do corredor de ônibus para o Aricanduva. O nível de população que diariamente utiliza essa área.

R – Então, esse corredor deve ser utilizado na parte dele de maior utilização na hora pico da manhã por 115 ônibus. São 15 linhas com 115 ônibus por hora. É uma demanda bastante expressiva e isso estava estudado, está cotado. A demanda que temos justifica

plenamente a implantação do corredor.

P – Onde começaria esse terminal do corredor de ônibus do Aricanduva?

R – O início dele é São Mateus. Ele sobe, vai em direção norte até encontrar a Radial.

P – Ele junta...

R – Ele começa em São Mateus, no terminal São Mateus.

P – Mas, ele junta com o monotrilho? Ele vai fazer...

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Ele vai ter uma integração completa.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Uma integração. Essa foi a questão do transporte. Em relação à contratação a ser destinada aos programas de segurança urbana, gostaria de ouvir do Secretário de Segurança Urbana se já havia uma demanda interna para investimento nessas ações e se isso supre a necessidade da Guarda, que tem procurado, a cada dia, desempenhar o seu papel de forma eficiente e eficaz. Porque, na verdade, nós temos um recurso de 210 milhões de reais para o Programa de Segurança Urbana, devendo ser destinados: 110 milhões de reais para a construção do Centro de Operação Integrada da Guarda Municipal; três milhões para a Ronda Maria da Penha; 55 milhões para a aquisição de sistema de radio e comunicação; 22 milhões para equipamentos; 15 milhões para armamentos e coletes; quatro milhões para a revitalização da Academia da Guarda Civil Metropolitana, a fim de aperfeiçoar o treinamento dessa importante categoria.

Quanto à questão da violência o valor destina-se à linha de crédito? Teme-se a violência, como houve a onda de violência no Rio de Janeiro, sendo que o BNDES vai abrir uma linha específica para esses projetos. Já existe um projeto dentro da Secretaria com os seguintes valores?

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Bom dia, Vereadora Sandra Tadeu e todos os presentes.

Na verdade, isso se iniciou com o anúncio do Governo Federal sobre um recurso

para a segurança pública, 44 milhões para os governos estaduais e dez milhões para os municípios, sendo que nesse ano serão distribuídos um milhão para os municípios e quatro milhões para os estados.

Já tínhamos, em perspectiva, na Secretaria, muitos projetos em desenvolvimento. Já temos uma atuação e o que estamos fazendo é revitalizar muitas dessas ações que já existem e, como a senhora disse, a construção de um Centro de Operações Integradas, que inicialmente começou com a minha Secretaria. Mas, agora está com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, que está fazendo toda a operação, criando o equipamento, que vai, na verdade, unir todas as equipes de emergência na Cidade. É importante que uma Cidade de 12,5 milhões de pessoas tenha um órgão, onde se possa criar uma sala de situação, uma sala de crise, para poder atender todas as demandas que uma Cidade como essa necessita e merece ter.

Então, isso já está em desenvolvimento, já estamos discutindo esse Centro de Operações Integradas. Esses 110 milhões foram uma oportunidade de ter recurso para esse projeto, que já estava sendo desenvolvido, para colocá-lo em prática. Quem fará a administração desses 110 milhões é a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Mas, isso tem tudo a ver com segurança, porque na verdade faremos uso desse equipamento para unir todas as equipes de emergência da Cidade e dar uma melhor resposta e isso também tem impacto na Região Metropolitana.

A Guarda Civil tem uma situação muito importante com a ronda Guardiã Maria da Penha, muito conhecida. Hoje estamos no Centro e queremos expandir para toda a Cidade, ela merece isso. Já desenvolvemos equipamentos e aplicativos a serem utilizados. Então, esse recurso de três milhões é para poder comprar viaturas, equipamentos para a Guarda, sair da prancheta e ir para o sistema digital, para termos mais agilidade.

Da mesma forma, o sistema de radio e comunicação. Nós temos um sistema de radio e comunicação, que é antigo, está funcionando a nossa Cetel e o que queremos é

melhorar. Então, na verdade, esse recurso vai poder dar uma melhor utilização para termos mais modernidade nesse equipamento e obter mais solução e rapidez. Então, são 55 milhões.

Quanto às inspetorias da Guarda, temos um olhar e já estamos fazendo isso, mas esse recurso também irá nos ajudar a fazer essas adequações.

Quanto à aquisição de equipamentos, só para que a senhora saiba, estivemos no Ministério da Segurança Pública, com o Secretário Nacional de Segurança Pública e deixamos o nosso projeto de segurança urbana, com esse ofício. Fomos ao BNDES com o Secretário Caio Megale e agora eles estão criando uma ata de registro de preço, que os municípios poderão aderir, e esse recurso será para pagar isso.

Estão registrando armamento, colete, enfim, diversos equipamentos que poderemos aderir nessa quantidade que estamos colocando, nesse valor que estamos colocando aqui, como colete balístico. Lembrando que, direto da Secretaria, serão mais de cem milhões de reais, um quarto do Orçamento anual que temos.

É um investimento bastante importante, que fará com que a Guarda esteja cada vez melhor preparada, protegido o guarda e protegido o cidadão paulistano. Queremos também adquirir vínculos elétricos dos parques nossos, que é importante, porque mexemos com uma nova forma de combustível, é elétrico, o que ajuda em relação ao problema da poluição. Já temos seis, colocamos nos parques e teremos um trabalho bastante eficiente.

Quanto ao *dronepol*, que já é uma realidade na cidade de São Paulo, vamos poder dotar todas as inspetorias com os seus *drones* para podermos fazer esse trabalho, conjunto com a Polícia Militar e Civil.

Por fim, a revitalização da Academia. Temos uma Academia, que merece e precisa ser reformulada e esses quatro milhões poderão fazer com que tenhamos um local de formação, qualificação e requalificação do guarda e de melhor utilização.

Então, já temos tudo aqui alinhavado, deixarei com a senhora esse papel com todas as fases, para que a senhora possa ter conhecimento e o grupo também.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Na questão do Centro de Operação Integrada, onde seria?

R – Onde seria?

P – É, os 110 milhões.

R – A previsão é de que seja na Barra Funda, num terreno que hoje é da CET, seria uma parte daquele terreno. Então, ali já tem um projeto feito, que a SMU está caminhando. Então esse recurso será para a construção do prédio, para equipá-lo e depois as equipes de emergência terão um centro, onde poderão fazer as decisões e os atendimentos a todo cidadão paulistano e de um mesmo local, que realmente tem um ganho muito importante.

P – Vou fazer uma pergunta que nem sei se cabe aqui: nem sei se hoje a Guarda tem um lugar. A Guarda tinha um lugar, que era do Theatro Municipal, e ficava embaixo do Viaduto do Chá e eles perderam, a Banda. Vocês já tem um novo lugar?

R – Não, ainda não, estamos trabalhando nisso.

P – Então, já poderiam colocar aqui também, não? Já entregava tudo, não?

R – É, isso não está aqui nesse projeto, mas a sua colocação vai ser levada em consideração.

P – Eles merecem também.

R – Merecem, sim.

P – Eles enaltecem todos os nossos eventos e é um trabalho belíssimo que a Guarda também faz.

R – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Agora abriremos às perguntas, se alguém quiser fazer algum questionamento, fiquem à vontade. Semana que vem haverá mais uma audiência pública e gostaria de dizer aos que vieram hoje que se algo novo ou algo que tenha modificado em uma semana, trouxessem a nós para que possamos discutir também em Plenário.

Eu gostaria que saísse um projeto perfeito, que nem se faça um substitutivo, pois normalmente no Plenário sempre acabam fazendo um substitutivo. Então, que saísse algo perfeito para o bem-estar da cidade de São Paulo.

Ninguém tem perguntas? (Pausa) Não há oradores inscritos. Agradeço a presença de todos. Dou por encerrada esta audiência pública.